COINTER PDVL 2021

VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS

Edição 100% virtual | 01 a 03 de dezembro

ISSN:2358-9728 | PREFIXO DOI:10.31692/2358-9728

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO RECÔNCAVO BAIANO, BRASIL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL E CONTEXTUAL

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN EL PROYECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE ESCUELAS PRIMARIAS DE RECÔNCAVO BAIANO, BRASIL: UN ANÁLISIS DOCUMENTAL Y CONTEXTUAL

INCLUSIVE EDUCATION IN THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT OF ELEMENTARY SCHOOLS IN RECÔNCAVO BAIANO, BRAZIL: A DOCUMENTAL AND CONTEXTUAL ANALYSIS

Apresentação: Comunicação Oral

Rosa Inês dos Santos Fonseca¹; Virgínia Silva²; Rosângelis Rodrigues Fernandes Lima³; Anselmo Cordeiro de Souza⁴.

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.VIIICOINTERPDVL.0369>

RESUMO

O projeto político-pedagógico (PPP) é o documento que direciona e encaminha atividades desenvolvidas na escola. Assim, a problemática deste estudo baseou-se em saber se as escolas de ensino fundamental do Recôncavo Baiano têm PPP, e se eles estão atualizados e se contam com ações e metas que favoreçam o público da educação especial. Trata-se de uma análise documental que foi realizada mediante acesso ao PPP de escolas de ensino fundamental localizadas nessa região do Estado da Bahia. A coleta de dados ocorreu de forma intencional, por conveniência e por adesão espontânea das escolas contactadas, uma vez que foi preciso a anuência da direção das instituições escolares para acesso aos documentos. Entre os principais resultados, destaca-se que, por um lado, em algumas escolas se constatou a existência do projeto político-pedagógico, e, em outras, o documento estava em processo de revisão ou inexistia. Nem todos os projetos examinados mencionam ações voltadas à inclusão e à educação especial. Tal realidade demonstra a flagrante necessidade de uma adequação que contemple a integralidade e a diversidade humana, o que implica a promoção de uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Projeto político-pedagógico; inclusão; educação especial.

RESUMEN

El proyecto político-pedagógico (PPP) es un documento que orienta y adelanta las actividades desarrolladas en la escuela. La problemática de este estudio se basó en saber si las escuelas del Recôncavo da Bahia tienen el documento, si están actualizadas y si tienen acciones para el público de educación especial. El objetivo de este estudio fue realizar un análisis documental en los proyectos

¹ Especialista, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), roseines.fonseca@gmail.com

² Especialista, Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), vi35pedagoga@gmail.com

³ Mestre, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), rosangelislima@hotmail.com

⁴ Mestre, Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), anselmo.vivamelhor@hotmail.com.br

político-pedagógicos de las escuelas del Recôncavo da Bahia con la intención de conocer si estas escuelas incluían metas o acciones que favorezcan la educación especial en sus proyectos pedagógicos. Se trata de un análisis documental, que se realizó a través del acceso al proyecto político-pedagógico de las escuelas primarias ubicadas en una región conocida como el Recôncavo Baiano. La recolección de datos se realizó de manera intencional, por conveniencia y por adhesión espontánea de las escuelas contactadas, ya que fue necesario el consentimiento de la gerencia de las instituciones escolares para acceder a los documentos. Entre los principales resultados, destacamos que, por un lado, en algunas escuelas se encontró la existencia del proyecto político-pedagógico, mientras que en otras el documento se encontraba en proceso de revisión o no existía. No todos los proyectos pedagógicos analizados mencionan acciones orientadas a la inclusión y la educación especial. Esta realidad demuestra la imperiosa necesidad de una adaptación que incluya la integralidad y la diversidad humana, lo que implica la promoción de la educación inclusiva.

Palabras Clave: Proyecto político-pedagógico; inclusión; educación especial.

ABSTRACT

The political-pedagogical project (PPP) is a document that directs and forwards activities developed at the school. The problematic of this study was based on knowing if the schools in the Recôncavo da Bahia have the document, if they are up to date and if they have actions for the special education public. The aim of this study was to carry out a documental analysis in the political-pedagogical projects of schools in the Recôncavo da Bahia with the intention of knowing if these schools included goals or actions that favor special education in their pedagogical projects. This is a documental analysis, which was carried out through access to the political-pedagogical project of elementary schools located in a region known as the Recôncavo Baiano. Data collection was carried out intentionally, for convenience and by spontaneous adhesion of the contacted schools, since it was necessary the consent of the school institutions' management to access the documents. Among the main results, we highlight that, on the one hand, the existence of the political-pedagogical project was found in some schools, while in others the document was in the process of being revised or did not exist. Not all pedagogical projects analyzed mention actions aimed at inclusion and special education. This reality demonstrates the glaring need for an adaptation that includes human integrity and diversity, which implies the promotion of inclusive education.

Keywords: Political-pedagogical project; inclusion; special education.

INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico (PPP) é um documento fundamental para a escola, visto que tem a função de direcionar e encaminhar as atividades que devem ser desenvolvidas no espaço escolar. Ele atua como um instrumento norteador e transformador do universo educativo.

É importante que entendamos que o PPP vai além de simples aglomeração de planos de ensino e trabalhos diversos. Trata-se da bússola que guiará a escola nos caminhos que foram indicados e propostos no momento da sua construção/atualização com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade e, sobretudo, que tenha em seu alvo propostas inovadoras de acessibilidade, respeito e tolerância à diversidade. Não se constitui em um documento construído e em seguida conservado ou encaminhado às instituições educacionais.

Para Vasconcellos (2002), o PPP é um instrumento teórico-metodológico cujo objetivo é lidar

com os desafios da escola, no entanto de forma refletida, consciente, organizada e participativa. Isso faz com que realizemos uma profunda reflexão sobre a relevância dele para a unidade escolar.

É de suma importância trabalhar intervenções pedagógicas que possam resgatar e delinear a identidade da escola como lugar público onde se conquistam valores e princípios fundamentados, que reflita um objetivo geral a ser alcançado na instituição e no qual todos possam dirigir seu olhar para uma finalidade a ser conquistada.

Ao construir ou revisar o projeto político-pedagógico, estamos concretizando os direitos de aprendizagem explícitos nas legislações, dando passos em direção ao progresso intelectual de cada estudante.

A nossa problematização foi saber se as escolas tinham ou não uma proposta inclusiva contemplada em seu projeto político-pedagógico. Isso nos leva a indicar a problemática deste estudo, baseada em três questionamentos fundamentais: as escolas do Recôncavo Baiano têm PPP? Elas atualizam esse documento? Há registros de ações inclusivas nele?

Portanto, este trabalho se justifica pela preocupação em avaliar a qualidade da educação para as pessoas com deficiências. Nesse sentido, entendemos que a relevância dele está em verificar se a proposta de educação inclusiva faz parte desse documento e, assim, perceber também a necessidade de atenção para a atualização dele, buscando estabelecer metas e ações para melhor atender os indivíduos com as mais simples singularidades.

Assim, o objetivo geral do artigo é identificar as ações e as metas que estão propostas nos projetos político-pedagógicos das escolas localizadas no Recôncavo Baiano com relação à educação inclusiva/especial; já os objetivos específicos incluem: analisar os PPPs das seis escolas dessa região, pesquisar as ações inclusivas contidas neles e descrever em tabela se tais unidades escolares mantêm o documento atualizado e se possuem uma proposta educacional de inclusão.

O estudo está organizado em cinco seções. A primeira introduz e descreve o tema norteador, seus objetivos e justificativas, entre outros aspectos. Na segunda seção, apresentamos o referencial teórico que embasa as reflexões, e na terceira, o método utilizado para sistematizá-las. Na quarta seção, analisamos e discutimos os resultados, e por fim, na quinta, fazemos as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto político-pedagógico (PPP) é um documento de extrema importância no espaço escolar, pois representa a identidade da escola. Nele estão registrados os objetivos e as metas que se deseja alcançar.

É importante que o processo educativo seja visto como um todo, que tenha como intenção planejar as propostas educativas com vistas a promover um futuro promissor à comunidade escolar, daí a importância do PPP. As escolas devem estar sempre atualizadas sobre o que está acontecendo no mundo, e o projeto político-pedagógico precisa trazer isso vivo, pois estamos inseridos em um contexto extremamente dinâmico. Vasconcellos (2002, p. 13) esclarece que o projeto político-pedagógico pode ser assim compreendido:

[...] a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto a sua intencionalidade de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.

A criação coletiva reforça o sentimento de seriedade que toda comunidade escolar precisa ter em relação ao PPP. É de fundamental importância que as escolas se comprometam com os ideais estabelecidos nele para que a finalidade desse documento se concretize, superando dificuldades e somando conhecimentos.

A qualidade da Educação será alcançada na medida em que a comunidade escolar se comprometer com suas escolhas, pensando-as de maneira ética, projetadas para superar desafios e ampliar o conhecimento sobre os problemas públicos e sociais vividos pela comunidade escolar. Só assim a escola continuará cumprindo seu importante papel de ser um ambiente de exercício da vida social. (LOPES *et al.*, 2016, p. 13)

Mas, e quanto à renovação do projeto político-pedagógico? Lopes *et al.* (2016) explicitam que se trata de um registro que precisa ser elaborado e revisado de forma coletiva. Não há dúvida de que ele assegura o direito de aprendizagem dos discentes e assim alarga a capacidade de estes conhecerem a si mesmos, de uma reflexão crítica, de criatividade e de contemplação à diversidade, demonstrando mútuo apreço aos pensamentos. Vasconcellos (2002, p. 2) reforça a importância de o PPP gerar nos professores e equipe o sentimento de responsabilidade pelo que acontece no ambiente escolar:

O projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um Ethos onde professor e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos, de certa forma é o Projeto que vai articular, no interior da escola, a vivência da descentralização e através disso permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e mesmo com órgãos diferentes.

Vemos, portanto, a importância do PPP como um documento conceitual e operante, que cuida dos extremos sociais e educativos de forma relacionada, que requer entrega e que para ser validado implica a mobilização coletiva democrática, a fim de acompanhar as transformações do mundo moderno. Gadotti (2000, p. 46) pontua que:

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Vivemos em uma sociedade totalmente dinâmica, ou seja, em constante mudança, principalmente no espaço escolar; por isso, o projeto político-pedagógico se torna um processo inconcluso, daí a necessidade de estar em constante processo de revisão.

Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil

No Brasil, a preocupação voltada a atender com qualidade às pessoas com deficiências em lugares adequados remonta à época imperial, e vários institutos foram criados com essa finalidade. Souto (2014, p. 17-18) assim relata esse processo histórico:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental: em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com a superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff⁵. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência

⁵ Helena Antipoff, grande pesquisadora e educadora da criança portadora de deficiência, foi pioneira na introdução da educação especial no Brasil, onde fundou a primeira Sociedade Pestalozzi. Seu trabalho no país é continuado pela Fundação Helena Antipoff.

e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Ainda, segundo Mazzotta (2001, p. 27), o processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências tem ocupado espaço de reflexões no Brasil desde o século XIX. Conforme salienta, “Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos [...]”. O autor também detalha o início do atendimento escolar especial aqui no Brasil:

Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data, através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio De Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

A fundação do Imperial Instituto deveu-se, em grande parte, a um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudara no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, [...]. Por ter obtido muito sucesso na educação de Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial, José Álvares de Azevedo despertou a atenção e o interesse do Ministro do Império, Conselheiro Couto Ferraz. Sob a influência de Couto Ferraz, D. Pedro II criou tal Instituto, que foi inaugurado no dia 17 de setembro de 1854 [...].

Foi ainda D. Pedro II que, pela Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, portanto, três anos após a criação do Instituto Benjamin Constant, fundou, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. [...] Acolhendo com simpatia os planos que Huet tinha para a fundação de uma escola de “surdos-mudos” no Brasil, o Imperador ordenou que lhe fosse facilitada a importante tarefa.

Começando a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. (MAZZOTTA, 2001, p. 28-29)

Mazzotta (2001, p. 30), ainda comenta sobre “alguns importantes indicadores do interesse da sociedade para a educação dos portadores de deficiência, no começo do século XX, que foram os trabalhos científicos e técnicos publicados”.

Os desafios da educação inclusiva e especial

O preconceito e a discriminação com deficientes vêm desde muito tempo. Conforme ressalta Mazzotta (2001, p. 16), “pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram bastante ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas”.

Assim, no que diz respeito aos desafios da educação inclusiva na perspectiva da educação especial no Brasil, já se avançou bastante. Todavia, ainda há muitas barreiras que precisam ser derrubadas, e isso só vem ocorrendo por intermédio de documentos legais, como

a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2000) e outros, que, em vigor, asseguram os direitos de essas pessoas serem vistas como cidadãos ativos na sociedade.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

É importante lembrar também que as escolas precisam derrubar as barreiras arquitetônicas e linguísticas para que de fato a inclusão aconteça. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 3) preconiza que: “As escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. Todos devem estar frequentando a escola, seja qual for a limitação; ela precisa receber sem discriminação e sem nenhum tipo de estereótipo.

Entretanto, ainda há muitos desafios a serem vencidos, principalmente no que diz respeito aos envolvidos no processo de escolarização desses indivíduos. Segundo Pacheco (2007, p. 81), toda a equipe escolar deve estar constantemente em “preparação para a educação escolar” juntamente com os pais, responsáveis e também com a toda a rede de apoio, que são os profissionais da área da saúde (psicólogo, fisioterapeuta etc.), que, em parceria, viabilizem meios que facilitem um aprendizado de qualidade, potencializando o indivíduo de forma integral e significativa, valorizando assim suas experiências de vida.

Profissionais que lidam diretamente com o cenário educacional devem também romper com as barreiras do preconceito e ir em busca de procedimentos inovadores para auxiliar no desenvolvimento das crianças. Vignon e Saliba (2015, p. 223) assinalam que “o ensino é uma troca constante e evolutiva, em que cada um recebe o que aprendeu e vai criando e tecendo redes de novos saberes”. O professor não precisa ser um gênio na sala heterogênea, mas estar disposto a superar novos desafios.

Trabalhar em prol das mudanças de atitudes de nossa sociedade não será nada fácil, mas “precisamos construir o caminho por nós mesmos. Mãos à obra com firmeza e com brandura, com otimismo e muita determinação. Nossos alunos, cidadãos brasileiros bem os merecem!” (CARVALHO, 2004, p. 74).

Nossas ações como educadores precisam estar relacionadas com o convívio das diferenças e da aprendizagem. Devemos ter como relevantes o estímulo ao respeito e a aceitação das diferenças, e não criar barreiras que impeçam o progresso desses valores.

Caminhos para uma educação inclusiva

Infelizmente, os caminhos para uma verdadeira inclusão ainda passam por um processo bastante lento, mas já é possível notar alguns avanços, entre os quais o direito de essas pessoas frequentarem uma sala regular de ensino e a eliminação de barreiras arquitetônicas. Além disso, escolas já dispõem de salas de recursos e também é possível encontrar professores especializados para atender a esse público, ainda que, no geral, sejam recursos comedidos.

A escola deve ser um ambiente acolhedor e com profissionais comprometidos com ações que promovam caminhos facilitadores tanto na sala de aula como fora dela.

Inclusão é muito mais que estar presente no ambiente educativo, é participar dele, de suas atividades, interagir com os colegas e com a comunidade escolar. É acolher um aluno especial, colocá-lo em sala regular, auxiliar na interação junto aos colegas, adaptar as atividades de acordo com suas necessidades e reestruturar espaços físicos para promover sua autonomia dentro e fora do ambiente escolar. (VIGNON; SALIBA, 2015, p. 222)

A escola é o lugar onde a criança passa a maior parte do tempo, por isso é preciso que toda a equipe esteja preocupada e engajada em ações voltadas a um atendimento de qualidade para seus alunos. Vignon e Saliba (2015, p. 224) salientam mais uma vez que: “A escola é o lugar onde passamos boa parte de nossa vida. Nossa trajetória depende de muitos esforços de todos os agentes envolvidos nesse processo. Uma escola preocupada como o processo de inclusão tem em seu PPP ações voltadas a atender as especificidades de cada aluno”.

Mazzotta (2001, p. 187), aponta outro caminho relevante que irá facilitar o desenvolvimento do ensino aprendizagem dos educandos: “Zelar para que o atendimento educacional caracterizado como especial seja, de fato, especial, incluindo como elemento central o professor especializado, além de currículos adaptados ou especiais e materiais, aparelhos e equipamentos específicos”.

A parceria entre regente de classe, professor especializado, profissionais de apoio, pais ou responsáveis constitui, sem dúvida, uma estratégia de sucesso que irá tornar exequível o processo de inclusão escolar.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho propõe uma abordagem qualitativa. “Os dados de pesquisa qualitativa são expostos levando-se em conta aspectos mais relevantes da pesquisa, não apresentando o

resultado de forma precisa, mas em forma de relatórios” (GOLDENBERG, 1997, p. 53).

Para o referencial teórico, foi realizada uma busca de artigos nas principais bases de dados – SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) – e em livros do acervo da biblioteca da Faculdade Adventista da Bahia. Para a listagem dos artigos foram utilizados os descritores “educação infantil” e “educação especial”, e duas palavras-chave: “projeto político-pedagógico” e “educação inclusiva”.

Para a coleta de dados, utilizaram-se os projetos político-pedagógicos de seis escolas do Recôncavo Baiano, das quais duas particulares e quatro públicas. A primeira escola (Escola 1) faz parte da rede pública e possui 230 alunos; a segunda (Escola 2) integra a rede privada, com 915 alunos matriculados; a terceira (Escola 3) pertence à rede pública e funciona nos três turnos com 840 alunos matriculados; a quarta (Escola 4) é pública e se compõe de 230 alunos; a quinta (Escola 5) também integra a rede pública de ensino e atende 170 alunos; e a sexta (Escola 6) pertence à rede privada e conta com 320 alunos matriculados. Nenhuma delas informou a quantidade de estudantes com necessidades especiais, com exceção da Escola 6, que atende cerca de 10 alunos; não possui sala de recursos, mas uma sala da psicopedagoga com alguns recursos adequados para ser manuseado pelos alunos, e o currículo ainda não é totalmente adaptado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Veiga (2002), a construção do projeto político-pedagógico tem a função de resgatar a escola como espaço público, espaço de inclusão, lugar de debate, do diálogo fundado na ação coletiva. Por isso, é necessário compreender que o PPP indica uma necessidade educacional, fator que compromete os direitos de aprendizagem dos alunos. “Elaborado o projeto pedagógico, sua existência não encerra o processo, nem acarreta resultado final. Ao contrário, sempre faz reiniciar a discussão no meio termo entre envolvimento e criatividade crítica avaliação e aperfeiçoamento” (VEIGA, 2001, p. 38).

Conforme já mencionamos, o projeto político-pedagógico é o plano geral da escola e que irá orientar todas as ações que ela deseja desenvolver no seu dia a dia. Suas ações e metas devem contemplar toda sua diversidade existente no espaço educativo com o propósito de suprir as necessidades específicas de cada aluno, tornando assim um espaço de inclusão e aceitação das diferenças. Dessa forma, Vignon e Saliba (2015, p. 224) mencionam que:

[...] uma escola preocupada com o processo de inclusão tem em seu PPP (Projeto Político Pedagógico) ações voltadas a atender as especificidades de cada aluno, tenha ele algum déficit ou não, sendo flexível para que a qualidade seja atingida. A gestão deve ser participativa e envolver toda a comunidade escolar.

Inúmeras escolas ainda não contam com uma ação educativa desenvolvida com base na participação de todos. Além de indicar um rompimento com a divisão da ação educativa desenvolvida na escola, a construção de um projeto político-pedagógico necessita de uma ação conjunta na qual haja participação tanto da comunidade escolar como da localidade onde a escola está inserida e em que todos expressem seus anseios formativos, almejando uma sociedade mais justa, democrática e também inclusiva. O planejamento das metas e ações pedagógicas para além de essencial ao trabalho educativo sinaliza uma antecipação dos acontecimentos e da ação didática na tentativa de planejar o futuro:

Lembramos que realizar planos e planejamentos educacionais e escolares significa exercer uma atividade engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico e isento de neutralidade. Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja. (PADILHA, 2001, p. 63)

Sendo assim, podemos afirmar que o planejamento é também uma ação de organização, fundamental a toda ação e proposta educacional, e o projeto pedagógico da escola constitui uma peça importantíssima para a potencialização dos objetivos, direitos e deveres escolares.

Portanto, para o desenvolvimento deste estudo, realizamos uma análise nos textos de PPP com o intuito de verificar quais ações ou metas se voltam à educação inclusiva na perspectiva especial, bem como se as escolas têm esse documento e se ele é atualizado. Conforme mencionado, as principais fontes de análise foram os projetos político-pedagógicos das escolas de ensino fundamental pertencentes aos sistemas públicos e privados de ensino de cidades do Recôncavo Baiano.

Inicialmente, analisamos os projetos pedagógicos disponibilizados; no caso dos que não foram disponibilizados por motivo da sua reconstrução, tivemos relatos de funcionários. No total, foram examinados seis PPP, dos quais quatro em Cachoeira (dois de escolas estaduais e dois de escolas particulares), um em Governador Mangabeira (rede municipal de ensino) e o outro também em Jiquiriçá (também da rede municipal). A tabela a seguir apresenta uma representação dos dados citados.

Tabela1. Análise das seis escolas do Recôncavo Baiano

Escolas	Pública/privada	Quantidade de alunos	PPP	Atualização	Tem ações inclusivas	Tem sala de recursos
Escola 1	Pública	230	Sim	Não	Não	Não
Escola 2	Privada	915	Sim	Em processo	Sim	Não
Escola 3	Pública	840	Sim	2019	Sim	Não
Escola 4	Pública	230	Sim	Em processo	Não	Não
Escola 5	Pública	170	Não	---	---	Não
Escola 6	Privada	320	Sim	Em processo	Não	Não

Fonte: Elaborada pelos autores.

Esta pequena amostra tornou possível constatar que: a Escola 1 possui PPP, mas está desatualizado, não realiza nenhuma ação concernente à educação inclusiva, não conta com sala de recursos e seu currículo não é adaptado; a Escola 2 tem PPP, porém está em processo de atualização e nesse documento constam ações/metasp para o público da educação especial, não possui sala de recursos e seu currículo também não é totalmente adaptado; e a Escola 3 tem PPP atualizado e contempla ações que favorecem a educação especial, não disponibiliza de sala de recursos e seu currículo não é totalmente adaptado.

A amostra também revelou que a Escola 4 tem PPP e está em processo de atualização e que não consta nenhuma ação/metasp concernente à educação inclusiva, porém, segundo os funcionários, ela procura envolver todos os alunos nas atividades escolares. Já a Escola 5 foi a única sem PPP, não possui nem currículo adaptado nem sala de recursos. Por fim, a Escola 6 tem PPP (está em processo de atualização), mas não se identificou nenhuma ação que favoreça a educação inclusiva/especial; segundo um funcionário que atua como secretário, ela procura envolver todos de forma igual nas atividades escolares.

Não basta apenas receber alunos com necessidades educacionais especiais, é importante também que se ofereçam condições para operacionalização do projeto político-pedagógico inclusivo. Infelizmente, os dados coletados e registrados mostram uma fragilidade de ações/metasp nos projetos pedagógicos para a oferta da educação inclusiva/especial.

Para além disso, muitas vezes também há o problema da falta de reestruturação física da escola, a eliminação das barreiras arquitetônicas, a introdução de recursos e de tecnologias assistivas e, principalmente, a falta de um profissional especializado atuando diretamente com recursos adequados para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Para conclusão da nossa análise, vamos relatar alguns episódios que chamaram bastante a atenção. O primeiro diz respeito à solicitação do projeto pedagógico das escolas, em que tivemos a impressão de que o PPP não passava de um simples documento, algo sem importância nem muita utilidade, feito para ficar “engavetado”. Isso porque ouvimos de coordenador ou diretor apontamentos como “ele está desatualizado e também não temos ações que favoreçam a educação inclusiva” e “a nossa escola não tem PPP, ainda está em processo de construído”. Esse cenário levou a nos questionarmos: como pode uma escola ficar tanto tempo (8, 10 anos) sem atualizar esse documento e sem sua “identidade” escolar definida? Infelizmente, não conseguimos resposta à indagação.

Outro fato bastante interessante aconteceu com a Escola 2 quando solicitamos o projeto pedagógico à coordenadora. Ela sugeriu que pedíssemos a liberação do documento à direção da escola, mas adiantou que não havia nenhuma ação ou meta em relação à educação inclusiva/especial. Anotamos o que a coordenadora falou e procuramos a direção para obter o PPP. Nós nos apresentamos, explicamos o tema do trabalho e o que iríamos analisar, e não houve qualquer resistência; de imediato, a diretora pediu que sua secretária anotasse nosso *e-mail* para encaminhar o material em seguida. Agradecemos e retornamos à sala da coordenadora para também agradecer-lhe e informá-la sobre a liberação do projeto pedagógico. No mesmo momento, nos enviou.

Passados alguns dias, chegou outro *e-mail* da secretária da escola falando que estava enviando o documento solicitado. Agradecemos e partimos para analisá-lo. No início, não conseguimos abrir o arquivo que a coordenadora tinha enviado, então decidimos verificar o que a secretária nos enviou recentemente na certeza de que iríamos ter a confirmação do que foi relato pela coordenadora, ou seja, de que não constava nenhuma proposta referente à educação inclusiva/especial. Todavia, para nossa surpresa, lá estavam muitas ações e metas referindo-se à educação inclusiva/especial. Fomos analisar os dois documentos e constatamos que a escola realizou uma rápida atualização, incluindo no projeto político-pedagógico metas e ações para o público-alvo da educação especial.

Não sabemos de que forma foi realizada essa atualização, mas é importante ressaltar que tanto a construção quanto a atualização do documento devem acontecer de forma coletiva, ou seja, por meio de uma parceria entre escola e comunidade.

CONCLUSÕES

Pensar no projeto político-pedagógico significa pensar em metas, em sonhos, é pensar no que se deseja desenvolver no cotidiano escolar. Este trabalho nos proporcionou a oportunidade de fazermos uma breve análise em textos de projetos político-pedagógicos de algumas escolas, com o objetivo de identificar que ações sobre a educação inclusiva/especial estão contempladas neles.

O PPP define o rumo que a escola irá seguir, nele devem estar contidos os currículos, as estratégias de ensino para cada disciplina, os recursos didáticos a serem utilizados, os planos de avaliação, a visão de mundo e de pluralidade cultural, tendo sempre como principal foco a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem.

Pensar em projeto político-pedagógico inclusivo é também pensar em algo que abarque e valorize a diversidade existente no espaço escolar. É a valorização de um ser único que precisa ser incluído na sociedade e nos espaços educativos como um cidadão comum, que merece respeito e apoio para conseguir superar suas fragilidades. Para que isso de fato seja real, é de suma importância que ocorram interações positivas, ações que promovam um desenvolvimento de qualidade para cada aluno que faça parte ou não do público-alvo da educação especial.

Entendemos também que elaborar projetos educativos inclusivos é um grande desafio, porém pode ser vencido quando decidimos

[...] remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político-pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola. (CARVALHO, 2004, p. 72)

Acreditamos que só acontecerá uma educação eficiente quando as barreiras forem derrubadas, quando cada indivíduo começar a sentir empatia pelo outro, for responsável pelo outro, de forma a colaborar de maneira ativa na superação das dificuldades dos outros, e isso não só deve ser aplicado no espaço educativo quanto, mas também em nossa comunidade. Outro fator de grande relevância que precisa ser destacado aqui é o das escolas que não têm o PPP e as que estão com os documentos desatualizados; é preciso que haja uma mobilização urgente no âmbito coletivo para tal acontecimento. Vale salientar também que a inclusão não constitui apenas uma política ou leis que nos são impostas a cumprir, mas um caminho de respeito, empatia e de afeto que deve ser trilhado por todos os cidadãos.

A realização deste trabalho foi muito gratificante, pois nos fez refletir sobre as demandas e as responsabilidades que perpassam o ambiente educativo, principalmente concernente à educação inclusiva/especial. Dessa forma, nos permitiu também ter um olhar crítico da realidade, o qual proporcionou uma reflexão viva, contribuindo assim para o nosso aperfeiçoamento, tanto pessoal como profissional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- LOPES, A. L. *et al.* **Projeto político pedagógico**: orientação para o gestor escolar. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e política públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PACHECO, J. *et al.* **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- SOUTO, M, T. **Educação inclusiva no Brasil**: contexto histórico e contemporaneidade. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/5051>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.
- VEIGA, I. P. A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

VIGNON, L.; SALIBA, M. **Guia do educador**: teorias pedagógicas: educação infantil. São Paulo: Eureka, 2015.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.